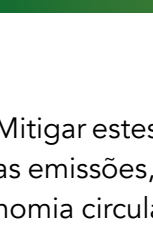




Dia Internacional contra as Alterações Climáticas

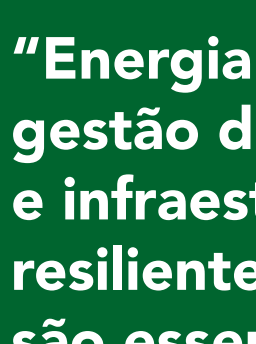
24 OUT. '25



Centro Nacional de Competências
para as Alterações Climáticas do
Sector Agroflorestal

O Dia Internacional contra as Alterações Climáticas é assinalado anualmente pela ONU a 24 de Outubro.

Faça à importância desta data, o Centro Nacional de Competências para as Alterações Climáticas do Sector Agroflorestal (CNCACSA) convidou catorze personalidades para escreverem um pequeno depoimento sobre a importância e os desafios que as Alterações Climáticas têm no panorama agrícola e florestal nacional.



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

“Energia limpa, gestão da água e infraestruturas resilientes são essenciais na adaptação.”

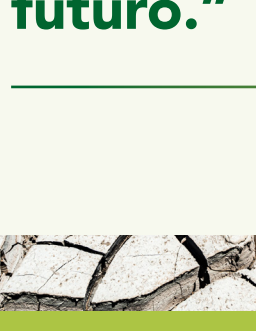
As Alterações Climáticas, representam não um, mas vários desafios, transversais a toda a sociedade e a todas as geografias. Conseguirmos enfrentá-los com sucesso exige uma cooperação multilateral e multi-setorial, o envolvimento alargado dos agentes económicos, da comunidade científica, das organizações da sociedade civil, da administração pública. Mas também uma ação individual de todos e cada um de nós. Portugal é particularmente vulnerável. Tem vindo já a sofrer de fenómenos como secas prolongadas, ondas de calor, incêndios florestais e a subida do nível do mar, que se perspectiva virem a ser mais frequentes e intensos. E o impacto poderá ser ainda maior, na saúde e qualidade de vida dos cidadãos, segurança e na economia do país, na agricultura e na biodiversidade.

Mitigar estes efeitos implica reduzir ainda mais as emissões, apostar cada vez mais numa economia circular e de baixo carbono, assente no respeito pelos ecossistemas e na valorização do capital natural.

Adaptarmo-nos implica continuar a apostar em energia limpa, reforçar a gestão da água, investir em infraestruturas resilientes e desenvolver modelos de negócio sustentáveis sem travar o crescimento económico.

Mas, neste percurso, é preciso também assegurar um generoso pacote financeiro. Deve garantir uma transição justa, que garanta coesão social e territorial e solidariedade intergeracional.

Este é um desígnio coletivo, que exige empenho, investigação científica, inovação tecnológica, e escolhas responsáveis de todos. •



Maria da Graça Carvalho
Ministra do Ambiente e Energia

“Temos de cuidar da água para garantirmos um futuro.”

As alterações climáticas são o maior dos desafios que o ser humano enfrenta. Com períodos de seca mais prolongados e eventos climáticos mais extremos, não são apenas as infraestruturas que estão em risco, mas a própria disponibilidade da água que bebemos e de que precisamos para viver. O aumento da temperatura provoca maiores índices de evaporação e a seca ameaça os aquíferos subterrâneos.

Já hoje testemunhamos mudanças na biodiversidade que põem em causa o mundo tal como o conhecemos. Ninguém está preparado para a extinção dos corais, nem ninguém quer ver o bacalhau migrar para um sítio onde não possa ser pescado. Estes não são apenas sinais do impacto económico, mas também da maior vulnerabilidade a que as alterações climáticas nos expõem.

É urgente aprender a viver de forma mais inteligente com a água, agir com criatividade na forma como a usamos, armazenamos e partilhamos.

O Governo já apresentou uma Estratégia Nacional para garantir maior eficiência e resiliência hídrica. A “Água que Une” não se limita a um generoso pacote financeiro. Prevê mais água disponível para a agricultura com recurso à reutilização de água e modernização dos sistemas; novas barragens e o aumento da capacidade das que já existem; maior controlo nas redes de abastecimento para evitar perdas; e recurso à tecnologia para uma melhor gestão.

Os efeitos das alterações climáticas são tão dramáticos, que nos resta uma solução: adaptarmo-nos e o quanto antes. Temos de cuidar da água para garantirmos um futuro. E esta é uma esperança que deve ser bem regada. •



José Manuel Fernandes
Ministro da Agricultura e Mar

“Adaptar o setor é garantir futuro, segurança alimentar e equilíbrio climático.”

O setor agroflorestal nacional enfrenta um dos maiores desafios de sempre: adaptar-se às alterações climáticas. Fenómenos extremos, escassez de água e perda de biodiversidade já são realidades que exigem ação global, coordenada e solidária.

É essencial reduzir emissões, apostar na inovação, melhorar a gestão da água e valorizar a floresta. Em Portugal, o Governo tem vindo a promover práticas sustentáveis que valorizem os ecossistemas.

O Plano de Intervenção para a Floresta, que já está em marcha, aposta nos pilares da valorização, resiliência, propriedade e governança, com um investimento de 6,5 mil milhões de euros a 25 anos, transformando as florestas em motores de sustentabilidade.

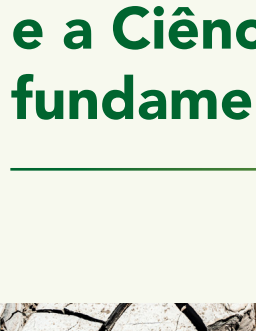
Também a Estratégia Nacional “Água que Une” define cerca de 300 medidas, a aplicar num horizonte de 15 anos, para eficiência, resiliência e inteligência na gestão hídrica, incluindo reutilização de águas residuais e criação de novas infraestruturas.

Com políticas integradas e financiamento europeu articulado, não apenas através dos fundos da Política Agrícola Comum, mas também com a ajuda dos fundos da Coesão, do Fundo Ambiental, ou do Horizonte Europa, Portugal reforça a competitividade, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental.

Adaptar o setor é garantir futuro, segurança alimentar e equilíbrio climático. •



Helena Canhão
Secretária de Estado da Ciência e Inovação



Cláudia Sarrico
Secretária de Estado do Ensino Superior

“O Ensino Superior e a Ciência são fundamentais.”

As alterações climáticas deixaram de ser uma previsão para se tornarem uma realidade visível em Portugal. Em 2025, o país teve o terceiro mês de junho mais quente desde 1931, quando se iniciaram os registos de temperatura.

A cada ano, o impacto das alterações climáticas intensifica-se, com incêndios florestais e ondas de calor extremo. O nosso país será também um dos mais afetados na Europa pela subida do nível médio das águas do mar. Essas mudanças têm um impacto transversal na saúde das pessoas, no ambiente, na economia e na capacidade de produção em áreas como a agricultura e a pesca.

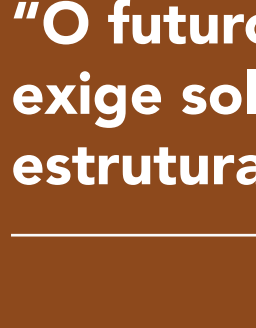
O Ensino Superior e a Ciência são fundamentais para identificar, prevenir e mitigar as consequências das alterações climáticas. Das ciências fundamentais à investigação aplicada, os nossos investigadores deram um contributo valioso na identificação da libertação de gás metano causada por alterações no permafrost, na sinalização de enzimas que retiram dióxido de carbono da atmosfera e na proposta de estratégias para

a gestão sustentável dos oceanos, adaptadas às mudanças provocadas pelas alterações climáticas.

A ciência está também integrada no Ensino Superior, que tem um papel decisivo na criação, transmissão e valorização desse conhecimento científico. Através da integração da sustentabilidade nos currículos, na investigação e na vida académica, as instituições preparam cidadãos e profissionais capazes de transformar evidência em ação.

Mas, para que isto aconteça, é necessário que Portugal disponha de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação moderno, capaz de apoiar a investigação científica e a transmissão do conhecimento para o setor produtivo.

A criação de estruturas robustas, a atualização de legislação como o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e a Lei da Ciência, que vai passar a ser também da Inovação, são passos fulcrais para remover obstáculos e tornar o ensino superior, a ciência e a inovação cada vez mais adaptados a este e outros desafios. •



Bernardo Futscher Pereira
Representante Permanente de Portugal junto da FAO

“O futuro exige soluções estruturais.”

O setor agroflorestal enfrenta o dilema entre a resposta imediata às crises provocadas pelos choques climáticos, marcada pela emoção e urgência, e uma visão de longo prazo, ancorada na ciência e na sustentabilidade ambiental, económica e social.

O imediato do presente leva-nos a impiorar socorro enquanto se adiam as soluções estruturais que ultrapassam a nossa expectativa de vida. O multilateralismo e as convenções, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), procuram dar rumo, mas as instituições estão fragilizadas por orçamentos curtos e agendas politizadas, mais reativas do que transformadoras.

A Europa procura um equilíbrio entre impor regras e consciencializar, enquanto EUA, Brasil e Índia ponderam se a erradicação da fome e outros objetivos do desenvolvimento sustentável podem coexistir com metas climáticas ambiciosas—cenário que o Outlook OC-DE-FAO 2025-2034 sugere possível.

Para o agroflorestal, a verdadeira adaptação não virá do ativismo ideológico, mas da inovação, da ciência e de políticas consistentes. Só o compromisso de longo prazo poderá equilibrar clima e ambiente e garantir futuro ao setor. •



Sofia Moreira de Sousa
Representante da Comissão Europeia em Lisboa

“Agricultura e floresta são parte da solução.”

No Dia Internacional das Alterações Climáticas sublinhamos a urgência da crise climática e o papel central da agricultura e da floresta, sectores expostos a secas, ondas de calor, inundações e incêndios. Apesar de vulneráveis, são também parte da solução: solos bem geridos, árvores e culturas capturam carbono e asseguram serviços ambientais vitais.

A agricultura representa 11% das emissões da UE, mas reduziu-as em 24% desde 1990, prova de que a mudança é possível. A Política Agrícola Comum e a Visão da Comissão para Agricultura e Alimentação apoiam esta transição, conciliando rendimento justo, sustentabilidade e proteção dos recursos naturais.

Para cumprir as metas de 2040 e 2050, é crucial acelerar inovação, digitalização, diversificação de culturas e valorização dos serviços ambientais.

A UE já definiu o rumo: apoiar agricultores e gestores florestais na construção de sistemas mais sustentáveis, resilientes e inovadores. É um caminho exigente, mas também uma oportunidade de adaptação, reforço da soberania alimentar, proteção da biodiversidade e garantia de qualidade de vida futura. Hoje enfrentamos incertezas; amanhã colheremos os frutos da resiliência e da solidariedade. •



Álvaro Mendonça e Moura
Presidente da CAP

“Agora é o tempo da execução.”

A agricultura é o primeiro sector a sentir os efeitos das alterações climáticas mas, simultaneamente, é dos que melhor podem contribuir para a sua mitigação, ao fixar carbono, ao promover a circularidade dos nutrientes e ao produzir alimentos e outros bens que reforçam a soberania nacional.

Por outro lado, dadas as nossas condições edafoclimáticas, o desenvolvimento da agricultura está muito dependente da garantia de água e da sua distribuição no território. Embora os recursos hídricos não sejam globalmente escassos em Portugal, são limitados e devem, como tal, ser geridos de uma forma integrada entre os diferentes sectores utilizadores e numa estrita parceria entre estes e a Administração.

É neste sentido que a boa gestão e o uso eficiente da água são essenciais; mas não bastam. Há investimentos urgentes, muitos dos quais identificados na recente estratégia “Água que Une” que são absolutamente necessários para conferir maior capacidade de resiliência e adaptação das zonas rurais às alterações climáticas, promovendo o seu desenvolvimento social e económico e a preservação e promoção do ambiente, da paisagem e dos valores naturais.

Por tudo isto, este dia que chama a atenção da comunidade internacional para as alterações climáticas e, muito em especial, para o desígnio da água, deve levar-nos não apenas a refletir, mas, sobretudo, a agir. O tempo dos planos esgotou-se, agora é o tempo da execução. •



Idalino Leão
Presidente da CONFAGRI

“O investimento deve ser direcionado para alavancar o setor.”

Sabemos todos que as alterações climáticas são uma realidade incontornável, cujas consequências nefastas e adversas afetam profundamente o setor agroalimentar e a coesão territorial.

A CONFAGRI reconhece o compromisso notável que o setor agroalimentar português tem demonstrado na adaptação a este novo contexto, conciliando esforços e sinergias na procura das melhores respostas aos desafios diários.

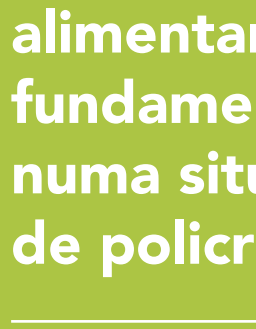
Torna-se, por isso, urgente direcionar investimento para alavancar o setor e incentivar a atividade, tornando-a capaz de responder às novas exigências climáticas e de competir, em igualdade de condições, no mercado em que está inserida. Incentivar o conhecimento científico, reforçar a capacitação dos Produtores e promover

práticas que sejam simultaneamente mais sustentáveis, ambientalmente responsáveis e competitivas, permitirá sustentar uma adaptação contínua e atenta às alterações climáticas.

É essencial garantir apoio, fomentar conhecimento e promover práticas mais equilibradas, adaptadas às diferentes realidades do território português.

A adaptação às alterações climáticas deixou de ser uma opção, é o único caminho possível e indispensável para o futuro do setor.

Este é, aliás, o maior compromisso que podemos assumir com o país e com as próximas gerações: um setor agroalimentar sustentável e estrategicamente orientado, capaz de enfrentar os desafios das alterações climáticas e de contribuir para a defesa da soberania alimentar nacional. •



Filipe Duarte Santos
Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

“A segurança alimentar é fundamental numa situação de polícrise”

O setor agroflorestal no nosso país está confrontado com um desafio grande porque tem uma forte dependência nas políticas, no apoio e no excesso de complexidade e regulamentação da UE, tem de se adaptar a um clima mais quente, mais seco e mais irregular, luta com falta de candidatos a cursos ligados às ciências agrícolas e florestais, e com falta de mão-de-obra no campo, e ainda, por vezes, com uma injustificada e prejudicial influência negativa nos meios de comunicação social.

Recentemente o esforço para contrariar este último fator tem sido bem sucedido. Aliás considero ser notável a resiliência dos agricultores em Portugal. É necessário reforçar a importância de assegurar a segurança alimentar do país numa situação de polícrise mundial, polarização e desorientação política na UE, e incerteza quanto ao futuro.

A agricultura tem uma contribuição importante para o PIB nacional e para o equilíbrio da balança de pagamentos. A água é obviamente essencial para o setor porque ela é a fonte da vida. Há uma tendência clara de diminuição da precipitação média anual fruto de secas mais frequentes geradas pelas alterações climáticas, mas o país tem muitas disponibilidades acessíveis de água.

A primeira prioridade deverá ser usar a água com maior eficiência nos setores urbano, agrícola e industrial. Para que o setor agrícola mantenha e aumente a sua competitividade internacional é necessário que continue a desenvolver e a expandir o uso do regadio utilizando as tecnologias mais avançadas de eficiência no uso da água de rega.

É necessário reter mais água e aumentar a redistribuição de Norte para Sul de modo a fazer face aos períodos de seca mais frequentes, cuidar da sustentabilidade dos aquíferos e reutilizar mais a água (ApR). Devem-se incentivar as medidas de adaptação do setor agroflorestal às alterações climáticas utilizando os conhecimentos, tecnologias e boas práticas aplicadas em outras regiões mediterrâneas que enfrentam desafios semelhantes.

A agricultura regenerativa é uma fonte de esperança no futuro. Finalmente é necessário criar um regime económico, financeiro e jurídico moderno de gestão integrada dos recursos hídricos adequado à situação de escassez atual e futura, que promova a competitividade económica, a equidade e a eficiência.

É ainda necessário valorizar, modernizar e assegurar o bom funcionamento dos sistemas de monitorização da água. •



Paulo Jorge Ferreira
Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

“Portugal deve encarar o desafio como uma oportunidade para inovar.”

Os dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera mostram que Portugal viveu, este ano, o verão mais quente desde 1931, com temperaturas médias 1,55°C acima do normal e três ondas de calor, a última das quais se prolongou de 29 de julho a 17 de agosto. Também a Europa registou tempestades, inundações e ondas de calor, com mais de 413 mil pessoas, provocando 335 mortes e prejuízos de 18 mil milhões de euros.

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios globais do nosso tempo, uma urgência inadiável que convoca a participação de todos e exige um esforço global concertado, em todos os setores da sociedade.

Portugal deve encarar o desafio como uma oportunidade para inovar, transformar a economia e proteger os ecossistemas que sustentam a vida, com base no conhecimento, na ciência, na inovação e na cooperação entre instituições e sociedade.

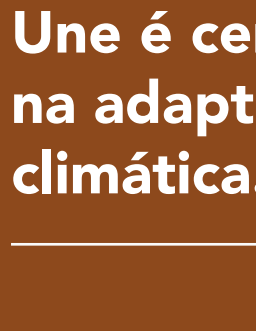
A ciência tem um papel decisivo na compreensão dos impactos, na antecipação de riscos e no desenvolvimento de soluções inovadoras que apoiem políticas públicas eficazes, mas nenhuma solução será duradoura sem educação para a sustentabilidade, sem mudança de comportamentos e sem ação coletiva.

A ação climática e o desenvolvimento sustentável são temas de grande relevância para as instituições de ensino superior (IES). Quando a Comissão Europeia adotou as atuais metas para a neutralidade carbónica e redução de emissões de gases, há muito que as IES tinham colocado essas temáticas nas suas agendas.

Para este compromisso global, as instituições de ensino superior têm contribuído de várias formas: no ensino, promovendo a literacia ambiental e formando cidadãos conscientes e responsáveis; na investigação, desenvolvendo tecnologias sustentáveis e soluções de descarbonização; na inovação, contribuindo para processos produtivos mais verdes; e na governação, adotando práticas que tornem os seus campi mais eficientes e ecológicos.

Este tem sido também o caminho que a Universidade de Aveiro tem trilhado desde os anos 70, quando criou o primeiro curso de Engenharia do Ambiente em Portugal, mantendo hoje um compromisso firme com a sustentabilidade.

Há muito ainda a fazer, mas é deste caminho — feito de conhecimento, inovação e cooperação — que nascerá um futuro sustentável, à altura da responsabilidade que devemos às próximas gerações. •



José Pimenta Machado
Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente

“Água que Une é central na adaptação climática.”

Portugal enfrenta, hoje, um dos maiores desafios da sua história a nível ambiental: a necessidade imperativa de se adaptar às alterações climáticas.

O aumento consistente da temperatura média, a escassez hídrica, o elevado risco de incêndios rurais, a subida do nível do mar e a intensificação dos fenómenos meteorológicos extremos exigem, de forma inadiável, uma ação coordenada e sustentada.

A adaptação climática é, portanto, uma prioridade nacional que implica: planeamento territorial mais resiliente; gestão mais eficiente dos recursos hídricos; proteção das zonas costeiras; continuidade na transição energética; conservação dos ecossistemas e capacitação de toda a sociedade para enfrentar esta nova realidade.

A Estratégia Nacional de Gestão da Água – “Água que Une” – é central neste desígnio nacional, promovendo a eficiência, a resiliência e a inteligência na utilização dos recursos hídricos, constituindo a base para o futuro Plano Nacional da Água 2035.

Este desafio complexo exige a cooperação efetiva entre o Estado Central, as autarquias, as empresas e os cidadãos. Trata-se de um compromisso coletivo que deve ser sempre orientado pela ciência e pelo princípio da responsabilidade partilhada.

A Agência Portuguesa do Ambiente continuará a liderar este esforço, assegurando que Portugal se mantém firme no caminho da sustentabilidade e da resiliência climática, em defesa do futuro comum. •



Ana Teresa Perez
Presidente da Agência para o Clima

“Adaptar Portugal significa transformar conhecimento e experiência em ações concretas.”

Portugal enfrenta um momento decisivo na resposta às alterações climáticas. A adaptação deixou de ser uma opção para se afirmar como uma prioridade nacional e transversal, essencial à proteção das pessoas, dos ecossistemas, das infraestruturas e da economia.

O Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 confirmou as projeções de aumento da frequência e intensidade de fenómenos extremos e impactos decorrentes.

É, portanto, fundamental garantir respostas estratégicas, sustentadas e ajustadas às especificidades de cada território.

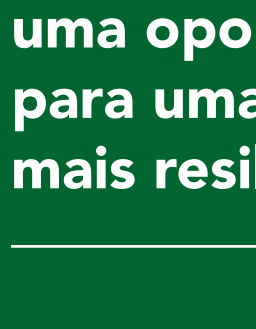
A revisão da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas - ENAAC, em curso até ao final do ano, surge precisamente para responder a este desafio, pretendendo-se reforçar a capacidade do

país em atuar de forma coerente, garantindo que políticas, instrumentos de planeamento e decisões de investimento se complementem e se fortaleçam mutuamente.

Adaptar Portugal significa transformar conhecimento e experiência em ações concretas, envolvendo ativamente comunidades, instituições e setores económicos na definição de soluções adaptadas a cada território.

É também criar condições para que todos os níveis de governação atuem de forma articulada, informada e eficaz, garantindo que cada decisão se baseie em conhecimento rigoroso.

Adaptação não é apenas uma necessidade: é um investimento estratégico na segurança, na qualidade de vida e na sustentabilidade de Portugal, hoje e para as gerações futuras. •



Francisco Ferreira
Presidente da ZERO

“O desafio climático pode ser uma oportunidade para uma economia mais resiliente.”

Portugal enfrenta um futuro cada vez mais árduo e incerto, existindo uma resposta estruturada e urgente à crise climática.

A adaptação às alterações climáticas na área dos recursos hídricos é absolutamente indispensável e passa, antes de tudo, por uma nova cultura de gestão da água, baseada na suficiência e na eficiência no que respeita às diferentes atividades, bem como na proteção dos ecossistemas.

É essencial reduzir as perdas, principalmente nas redes urbanas e na agricultura, apostar na reutilização e promover práticas agrícolas mais adaptadas a um clima cada vez mais quente e instável. A água deve ser gerida como um bem comum e finito. A construção de novas barragens não é uma solução estrutural pelos